

TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS¹

*Antonio de Pádua Bosi
Davi Félix Schreiner
Rinaldo José Varussa
Robson Laverdi²*

Em 1998 constituiu-se o Grupo de Pesquisa História Social do Trabalho e da Cidade reunindo pesquisadores a partir da UNIOESTE e em colaboração com historiadores da Universidade Federal de Uberlândia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Federal Fluminense. O Grupo de Pesquisa fundou-se na perspectiva de investigar e discutir dinâmicas, modos de vida e de trabalho, formas de organização dos trabalhadores, em processos de enfrentamento e/ou conformação com as diversas situações experimentadas por aqueles sujeitos, no campo e na cidade, tendo como referência a região Oeste do Paraná. Tal perspectiva se consolidou nos últimos anos através de várias iniciativas pautadas pelos seus membros, dentre as quais se incluem as atividades de pesquisa e extensão ligadas à temáticas dos mundos dos trabalhadores e do trabalho, bem como atividades identificadas com o ensino, notadamente na formação de outros pesquisadores em nível de graduação (monografias e iniciação científica) e pós-graduação em nível *lato sensu*. O amadurecimento dessa trajetória permitiu, em grande medida, estruturar a Linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” no interior do Mestrado em História da UNIOESTE, recomendado pela CAPES em 2005.

¹ Agradecemos ao CNPq que, através dos editais nº 32/2004 e nº 61/2005, financiou respectivamente, as pesquisas “Ações judiciais e relações trabalhistas no Oeste do Paraná (década de 1990)” e “A organização capitalista do trabalho ‘informal’: um estudo sobre os catadores de recicláveis do Extremo Oeste do Paraná”, cujos resultados expressam-se parcialmente neste artigo.

² Os autores são professores da Graduação e do Programa de Mestrado em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.

No lastro dessa trajetória e de acordo com a ementa da Linha de Pesquisa investimos na investigação de processos históricos transcorridos no Brasil e na América Latina na contemporaneidade, no que se refere às diversas práticas dos sujeitos, coletivos e individuais, em suas diversas articulações com o social, na produção e transformação das relações de trabalho e das instituições. Apresentam-se como temas de interesse desta linha os movimentos sociais, as organizações partidárias e sindicais, as práticas cotidianas dos trabalhadores no campo e na cidade e as construções de sentidos e significados por e sobre estes sujeitos, enquanto uma prática social, na historiografia e nas memórias. A partir deste conjunto de princípios norteadores apresentam-se alguns desdobramentos de pesquisa, os quais sistematizamos na seqüência, agrupados em dois eixos de investigação.

Retornos silenciosos, vivências inquietas: dinâmicas migratórias transfronteiriças vividas.

Desde o início da década de 1950, assiste-se na Região Oeste do Paraná a um sistemático e voraz processo de ocupação, vivido de modo particular na sua porção extrema, nas fronteiras com o Estado do Mato Grosso do Sul e o Paraguai. A delimitação espacial desses processos sociais fica situada numa extensão de 180 km que dista, de uma extremidade a outra, os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, nas margens do Lago e Itaipu e Rio Paraná.

Em pouco mais de meio século esta região foi quase inteiramente desmatada e ocupada pela iniciativa de projetos privados e realizados na prática por famílias com trajetórias sociais marcadas pela pobreza. A composição dessa paisagem social é delineada pelas marcas de trabalhadores rurais, muitos dos quais torrando-se pequenos proprietários de terras pelo e no processo migratório interno, oriundos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujas trajetórias são marcadas por ascendências étnicas de origem européia e bagagens culturais diversas. Além da presença significativa destes trabalhadores, é preciso evidenciar uma presença indígena, hoje dramaticamente reduzida a pequenos grupos tutelados na fronteira. Neste mosaico de trajetórias é preciso ressaltar a presença de paraguaios e outros

migrantes internos, provenientes do Nordeste e Sudeste, muitos dos quais com passagem pela região Norte do Paraná, onde acontecia concomitante outro processo de ocupação de grandes proporções.

A partir da década de 1960, muitos desses trabalhadores há pouco tempo assentados/fixados nesse destino passaram a vivenciar mudanças significativas nas relações de trabalho no campo, vindo a experimentar a migração em grandes proporções para as regiões Centro-Oeste e Norte e, mais para o Paraguai, não deixando de referenciar a mobilidade para cidades do entorno e a capital Curitiba.

Observa-se que tais mobilidades foram engendradas em meio a processos mais amplos de mecanização agrícola, quando a partir de 1964 ganharam fôlego projetos subsidiários para a agricultura, resultando além da mobilidade migrante interna outras dinâmicas concentradoras de terra. Para ter apenas uma idéia, estimativas de denúncia divulgadas pelos movimentos sociais na década de 1980, dão conta que algo em entorno de 400 mil trabalhadores tenha deixado o país rumo ao Paraguai. Número este que continuou a crescer, ainda que modo instável, nas décadas seguintes.

Além da mecanização, uma questão propulsora de mobilidades e modificação das relações de trabalho, a construção da mega Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre as décadas de 1970 e 1980, ajuda a compor um quadro dramático de itinerância migratória, pois desalojou, direta ou indiretamente, em torno de 40.000 pessoas.

Não cabe estreitar a questão, entretanto, baseando-se exclusivamente no volume exorbitante dos números da migração e emigração populacional das indicações demográficas. De outro modo, importa lembrar a visibilidade obtida pelos emigrantes/migrantes, forjada em grande medida pela combatividade dos movimentos sociais ligados à questão, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros, que articulados a diferentes agentes, principalmente na década de 1980, puseram em causa a pauta dramática do retorno de muitos dos trabalhadores emigrados para o Paraguai no período anterior. A partir desse período, estes retornados, conquanto alcunhados de “brasiguaios” (ainda que sob protesto e recusa), com a expressão de muitas lutas, recolocaram a questão, politizando o debate ao afirmar que o reassentamento no Brasil representava um problema fundiário nacional, cuja pauta síntese das reivindicações era o direito à terra.

Na atualidade, o retorno não tem se apresentado como um

problema menos contundente. Ainda que silencioso, o retorno é uma realidade vivida por muitos trabalhadores da região, para a qual reelaboram valores e imprimem as marcas de suas trajetórias, experiências e expectativas de direitos. Ou seja, o retorno é vivido como um drama da itinerância e sua conseqüente negação de pertencimento. Todavia, o retorno é vivido como uma expectativa de conquista de direitos, aspirada como possibilidade de acesso à saúde, à escola e à aposentadoria, entre outros serviços públicos oferecidos no lado brasileiro.

Neste sentido, observa-se o aumento do número de trabalhadores que tem buscado no Brasil o reassentamento nas cidades e/ou pequenos distritos municipais da fronteira para educar os filhos, para fazer tratamento médico e dentário, para tentar trabalho, ainda que temporário, na meio rural ou nas cidades. Somente para citar um exemplo, em Marechal Cândido Rondon, um dos municípios transfronteiriços, em que no dia-a-dia constata-se o número elevado de retornados para trabalhar nas mais recentes indústrias do setor alimentício da cidade.

Se, por um lado, há grande expectativa por parte dos trabalhadores de reinserção no país no inteiro deste setor produtivo ou mesmo nas atividades assalariadas rurais, por outro lado, há também situações complexas vividas do outro lado da fronteira, como da incessante ameaça de ilegalidade no Paraguai, que também impulsiona o retorno em idade laboral ou não. Vide o caso de muitos idosos, por sua vez mais empobrecidos, tentando conseguir a aposentadoria no lado brasileiro.

Desse modo, tem-se dedicado especial importância à investigação das trajetórias de trabalhadores retornados do Paraguai em suas lutas de reinserção social e material em seus processos de reassentamento. Esta perspectiva visa proporcionar visibilidade à heterogeneidade das experiências sociais, que muitas vezes ficam empalidecidas ante a frieza dos índices demográficos. Ou, ainda, silenciadas na historiografia regional, que ao ausentar o conflito e a contradição no interior destas dinâmicas, conforma os sentidos reificadores de interesses dominantes nos âmbitos local e regional.

Numa conjuntura como a atual, delimitada como uma rede intrincada entre as mobilidades populacionais reais e as promessas vazias de globalização, preocupa-se noutra via com o desafio de

aprender as dinâmicas diversas que envolvem e são envolvidas pelas e nas relações de trabalho e os processos complexos de fixação de trabalhadores entre tantas mobilidades inter e transfronteiriças.

Em torno destas questões articula-se um sentido político que aspira escapar de dicotomias e linearidades, por sua vez preocupadas com questões de origem/destino e fatores de atração/expulsão, buscando historicizar a vitalidade destas trajetórias e experiências na constituição de uma paisagem social vivida a partir de uma multiplicidade de antagonismos. Tais preocupações, por seu turno, precisam ser problematizadas sob outros matizes, haja vista a complexidade de relações sociais e tensões existentes. Porque vividas como cultura informam acerca dos sentidos múltiplos da fixação e do pertencimento social neste chão histórico de dinâmicas diversas, constituídos nos rastros das alteridades afirmadas entre tantos nomadismos e estranhamentos culturais.

Trabalhadores na constituição de relações de trabalho na contemporaneidade

Um segundo eixo de investigações firma-se no processo de constituição e composição atual da mão-de-obra, partindo, inicialmente, do extremo Oeste do Paraná, entre as décadas de 1980 e 2000, tomando-se como referência principal, neste processo, a implantação e ampliação da agroindústria e as denominadas ocupações informais. Nos marcos da macro-economia produzidos pela historiografia regional, este processo, freqüentemente, vem sendo caracterizado como uma transição que teria como situação inicial as condições criadas pela ocupação implementada, a partir da década de 1940, e que teriam como principais agentes as companhias colonizadoras e o Estado. Assim, até meados da década de 1990, a região teria como principal característica sócio-econômica o predomínio da agropecuária, baseada na produção familiar e em pequenas propriedades. Nestes mesmos marcos, uma série de mudanças, como a mecanização agrícola, a partir da década de 1970, e o implemento da produção industrial, em meados da década de 1980, teria, ao incorporar, à paisagem local, outros elementos atinentes ao circuito da produção, diversificando e implementando a economia

local, inserindo-a nas “dinâmicas globalizadas da produção e do consumo”.

Partindo de um diálogo com a produção acadêmica que permite compreender articuladamente esse processo – principalmente em relação às dinâmicas da denominada “reestruturação produtiva” - a perspectiva que embasa este eixo de investigações é a de pensar e problematizar tais alterações em relação às mudanças nos modos de vida e de trabalho na região. As reduções nos postos de trabalho considerados formais, combinadas com o aumento das ocupações ditas informais, teriam ocorrido, principalmente, no setor produtivo, no qual a preponderância do modelo taylorista-fordista de produção teria contribuído para a constituição, ao longo do século XX, de relações estáveis de trabalho, tanto no que refere à continuidade do vínculo empregatício, quanto à especialização dos trabalhadores (ANTUNES, 1999). Com a descentralização da produção pautada em sistemas como, por exemplo, o “toyotismo”, com o advento de rotinas de trabalho “que aumentam o ciclo produtivo descentralizado, respondendo rapidamente às oscilações da demanda e às solicitudes dos clientes-consumidores” (VASAPOLO, 2005) e que incorporaram à vida dos trabalhadores neologismos como o “just-in-time”, trabalho “part-time” e a terceirização, o vínculo estável de trabalho passou cada vez mais a fazer parte das recordações de um número quase absoluto de trabalhadores (BEYNON, 1997).

No geral, essa literatura considera o processo em questão como engendrador de mudanças drásticas na vida social e, em conjunto, nas relações de trabalho, mas que não representaria o deslocamento da centralidade do trabalho - questão que pautou as discussões sobre os mundos do trabalho, notadamente, na década de 1980 (GORZ, 1985; OFFE, 1989) -, e sim o seu redimensionamento, numa espécie de “pós-fordismo” (ANTUNES, 1999; VASAPOLLO, 2005). Nesta configuração, jogaria papel preponderante a redefinição dos direitos sociais dos trabalhadores que estariam perdendo sua validade universal e sendo submetidos aos ditames das contingências produtivas, ou, de forma mais explícita, aos ditames de uma outra e preponderante universalidade: a lei do mercado. Dentro desta “nova/velha ordem”, a imposição da qualidade e da quantidade em tempo real, tornaria o trabalho cada vez mais constrictivo, obediente e fiel.

Esta busca pela “flexibilização” pode ser observada também não só nas alterações ou revogação de leis, como nas mudanças implementadas diretamente nas relações de trabalho. Uma das mudanças identificadas é a da “explosão do ‘povo empresário’, ou seja, do trabalho autônomo de segunda categoria” (VASAPOLLO, 2005), no que poderia ser incluído o contingente expressivo de trabalhadores que se ocupam das mais diversas atividades, de forma individual no exercício laboral, mas perfazendo um número significativo no seu conjunto, como pode ser observado em situações que vão desde o aparentemente desqualificado catador de papel ao “hightec” instalador de telefone. O processo de ampliação do setor industrial e das ocupações consideradas informais no Oeste do Paraná parece articular-se ao que vem apontando a bibliografia acima, notadamente, no que se refere à reconfiguração das relações produtiva percebida nas últimas décadas seja na implantação de rotinas e disciplinas de produção e de trabalho. No entanto, a questão que nos chama atenção tendo em conta a síntese apresentada até aqui tem relação com as maneiras como os trabalhadores vêm vivenciando este processo e, neste sentido, como interagem e interagem com estas dinâmicas sistematizadas pela produção acadêmica, tendo-se em conta, por exemplo, a configuração produtiva existente na região baseada principalmente na agropecuária. Neste sentido, ressaltamos que os trabalhadores introduzem avaliações, significados, confrontos, ritmos e rotinas de trabalho no espaço da produção que, por vezes, geram conflitos com as relações de produção dominantes. São essas experiências vividas por estes sujeitos que priorizamos em nossas investigações. É nesse sentido que problematizamos a implantação e ampliação da agroindústria no extremo Oeste do Paraná: como um processo histórico constituído na articulação de múltiplos projetos e possibilidades e não como o mero exercício de uma racionalidade trans-histórica (a “reestruturação produtiva global”).

Tal problemática, ao mesmo tempo em que vislumbramos nela as compreensões produzidas, aponta-nos igualmente outras possibilidades de investigação em diálogo com a produção acadêmica. Neste sentido e em relação ao processo de ampliação da indústria na região, notadamente, a agroindústria, se apresenta aos pesquisadores como uma possibilidade de investigação presente na região por nós delimitada, considerando a vivência em curso do processo assinalado.

Nesse sentido, no Brasil o processo que resultou em novas áreas de produção industrial na década de 1990, vem sendo debatido por um número expressivo de trabalhos, notadamente nas Ciências Sociais, tendo, inclusive, forjado um conceito específico para aquelas áreas: os “greenfields”. A tradução literal, “campos verdes”, é sugestiva no sentido de se apontar uma das características identificadas por aquela produção no processo em questão: a sua localização fora das metrópoles, ainda que, em alguns casos, próxima. A esta característica, duas outras aparecem como complementares ou, como aponta Nadia Guimarães, desejáveis dentro das orquestrações relacionadas à denominada “reestruturação produtiva”: são áreas destituídas de tradição fabril e de organização sindical (GUIMARÃES, 2004).

No que se refere à configuração como área industrial recente, o dados estatísticos corroboram para o enquadramento do Oeste do Paraná naquela classificação - um “greenfield” - já que, entre os anos 1990 e 2000, houve na região um expressivo crescimento de 62,34% no número de empresas no setor industrial, totalizando 2.282 estabelecimentos, o mesmo se verificando no número de empregos com crescimento de 68,66%, que totalizavam 32.447 empregos naquele setor. Além disso, o índice de ocupação informal supera 50% de toda a população economicamente ativa do Paraná sendo que nessas cidades há aproximadamente 300 catadores de recicláveis. Esses dados tornam-se mais relevantes quando comparados à região Metropolitana de Curitiba, já que nesse mesmo período registrou-se um significativo aumento na participação da região no Estado do Paraná no que se refere tanto às ocupações no setor agro-industrial quanto na catação de reciclável (IPARDES, 2003). No que se refere ainda a esta geração de empregos e ocupações informais, duas características são passíveis de serem observadas: uma menor exigência de qualificação profissional e os baixos salários e rendas percebidos (inferiores a dois mínimos e, no caso dos catadores, inferior a 1 mínimo). Ligados a estes dois aspectos – qualificação e salário/renda – definimos como problema principal a ser investigado a relação dessa realidade com os seguintes fatores e objeto das investigações em andamento: a) exígua tradição fabril na região considerando a quase exclusividade da agropecuária, b) exígua tradição na organização sindical e c) população trabalhadora excedente disponível no Oeste do Paraná.

A articulação dessa problemática no campo da História pode contribuir sobremaneira nesse debate que, no geral, tem sido dominado pelas Ciências Sociais. A especificidade da História, certamente, está em realizar uma abordagem que visualize os homens e mulheres trabalhadores que vivem suas vidas não somente em relação com a determinação do capital, mas tendo referência em valores e práticas, muitas vezes fora dos padrões sociais exigidos pelas classes dominantes. Dessa maneira, é possível transbordar os limites que cadenciam o tema do deslocamento do trabalho, bem como do aumento da informalidade, deslizando esse foco para o ponto de vista dos trabalhadores. Com isso seria possível captar, além da presença do capital e de seu arsenal de recursos contra os trabalhadores (novas formas de gerenciamento, novas tecnologias, novas divisões do trabalho etc.), o que fazem os homens e mulheres em relação às suas condições de vida e de trabalho, o que *desejam fazer* e o que *acreditam estar fazendo*, buscando entender a classe em suas múltiplas determinações e talvez compreender em que *sentido* a história é disputada.

Portanto, é na confluência destes dois eixos de discussão e investigação que temos orientado nossos interesses e as pesquisas desenvolvidas no Mestrado vinculadas à Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”. Por fim, informamos os orientandos integrantes da Linha de Pesquisa e seus respectivos trabalhos:

Adriana de Carvalho Medeiros – Experiências de trabalhadoras metalúrgicas no ABC paulista no contexto do novo sindicalismo.

Elen Patrícia de Jesus S. Davi - Sacoleiros e camelôs: constituindo relações de trabalho na região da Tríplice Fronteira.

Judite Veranisa Schmitt - Movimentos e mobilizações: trabalhadores atingidos pela Hidrelétrica de Itaipu.

Maralice Maschio – Experiências dos trabalhadores das lojas Pernambucanas em tempos de Reestruturação produtiva.

Marcelho Hansen Schlachta – Terra, Pastoral e Trabalhadores: uma análise da mediação da CPT na luta pela terra.

Odirlei Manarin – Foz do Iguaçu: terra dos ex-operários da construção de Itaipu 1986 a 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEYNON, Huw. "As Práticas do trabalho em mutação". in ANTUNES, Ricardo (org.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicato*. São Paulo: Boitempo, 1997.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IPARDES. *Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da industrial paranaense na década de 1990*. Curitiba: IPARDES, 2003. (capturado na internet em outubro de 2004, site: www.ipardes.gov.pr)

OFFE, Claus. "Trabalho: a categoria sociológica chave?" in *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

VASAPOLLO, Luciano. *O Trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Resenha

